

A presença do professor em tempos de sofisticação tecnológica: escuta e legitimação

ANDRÉ SOUZA LEMOS*

Resumo: A presença do professor é entendida aqui como função do imaginário do estudante coletivo, e um sucedâneo da clínica psicanalítica – que, por sua vez, sucede a relação terapêutica, médica. Pré-condição do ensinar, essa presença é, em tempos de sofisticação tecnológica ainda mais necessária que antes, e é proposto nesse trabalho que ela pode ser chancelada pela escuta qualificada da fala desse estudante – mesmo que não precedida por uma suposição do saber no professor – e pela legitimação daquilo que este produz, não na realidade de uma clínica, mas no das novas escritas computacionais, produção de inteligência coletiva. Essa legitimação está para além do par aprovação/reprovação e, aliás, não é uma atribuição do docente enquanto personagem. Ela pertence ao terreno das virtualidades, cuja atualização não se pode garantir completamente, apenas em níveis de suficiência. Nesse momento, a ação pedagógica implica a corresponsabilização do educando pelo seu próprio desenvolvimento. Esses dois movimentos, a escuta do docente e a responsabilização do discente, indicam uma mudança substantiva na relação pedagógica, que justamente por sua sutileza e transversalidade podem ser eficazes como alternativa às tentações que vivem hoje os ambientes da educação formal, da restauração de mecanismos disciplinares anacrônicos, compostos com os novos dispositivos de controle.

Palavras-chave: Discurso Competente; Relação Pedagógica; Computação; Inquietante; Legitimação.

The teacher's presence in times of technological sophistication: listening and legitimation

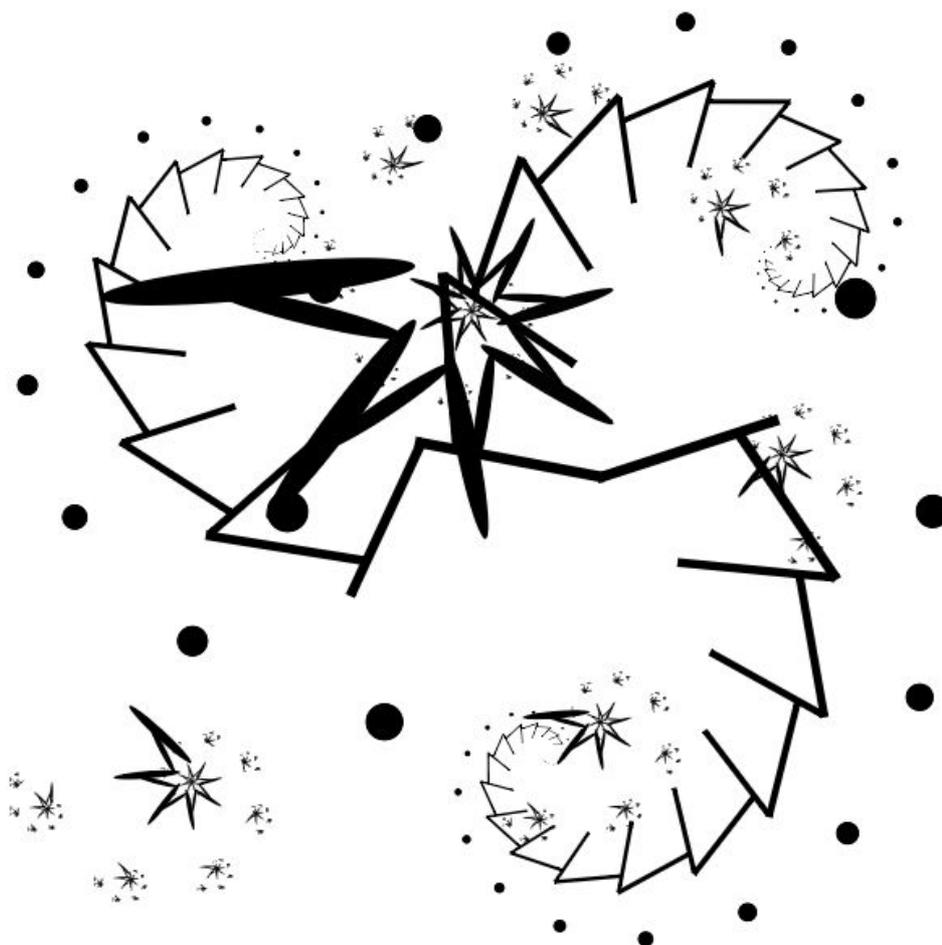
Abstract: The presence of the teacher is understood here as a function of the collective student's imaginary, and a sequel of the psychoanalytic clinic– which, in turn, has succeeded the medical therapeutic relationship. Precondition of teaching, that presence is, in times of technological sophistication, even more necessary than before, and it is proposed in this paper that it can be enabled by a qualified listening of the students' talk– even if not preceded by an assumption of knowledge on the part of the teacher – and by legitimizing what they produce, not in the reality of a clinic, but through the new forms of computational writing, which are production of collective intelligence. This legitimacy goes beyond passing or failing the students; moreover, it is not an attribute of the teacher per se, as a character. It belongs to the realm of virtualities whose actualization cannot be fully guaranteed, only in levels of sufficiency. In this situation, the pedagogical action increasingly requires co-responsibilizing the students for their own development. These two movements, the teacher's listening and the student's responsabilization, indicate a substantive change in the pedagogical relationship, which, precisely because of its subtlety and transversality, can be effective as an alternative to the present temptations, enacted on formal education environments, of restoring of anachronistic disciplinary mechanisms compounded with new control devices.

Key words: Competent Speech; Pedagogical Relationship; Computing; Uncanny; Legitimation.



* **ANDRÉ SOUZA LEMOS** é Doutor em Comunicação e Semiótica: Tecnologias da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; integra o corpo docente do Instituto Federal do Triângulo Mineiro.





A fabricação do usuário

Tomamos a sofisticação tecnológica aqui como uma variação, uma consequência da sofisticação discursiva, que, por sua vez, entendemos como uma modalidade decadente do discurso competente (CHAUI, 1989). A sofisticação tecnológica é movimento que implica, na sua própria intenção, a tentativa de controle, ou mesmo de contenção, da própria criação tecnológica, na medida em que esta não tem podido ser tratada no registro simbólico, ritualizada. O fato novo – no sentido de “ainda não domesticado” – é que essa criação tecnológica se dê, cada vez mais, diretamente na forma de uma escrita dinâmica (a dos códigos

computacionais¹), que, portanto, candidate-se à recodificação das línguas humanas², um desenvolvimento desconcertante. Não ousaremos fazer aqui a análise exaustiva do processo da sofisticação tecnológica, apenas destacar um aspecto secundário dele, a saber, de que para além da sua intenção própria – que poderia ou não ser bem sucedida – tem acontecido de a

¹ Os quais, mesmo que os manipulamos, não quer dizer que o façamos racionalmente. Pode ser que a computação seja uma ciência imatura (SMITH, 1996, p. 28), ou então que seja uma ciência-fenômeno.

² Essa é a interpretação que fazemos, por exemplo, do que propõe Pierre Lévy com a *Information Economy MetaLanguage* - IEML (LÉVY, 2012), e também do que acabam desejando os adeptos da “Web semântica”, mesmo sem o saber.

sofisticação tecnológica efetivamente conseguir sustentar-se nesse papel de controle da criação tecnológica, e lhe dar forma. Esse relativo sucesso tem como símbolo a construção de um novo personagem: o *usuário*, que é uma recomposição paradoxal do consumidor com o cortesão dos tempos do *ancien régime*, nesses tempos em que a produção e o consumo estão quase superpostos.

Por sofisticação entendemos aqui o mapeamento, ou o maquinismo que mapeia, que projeta continuamente o virtual sobre o possível³. Dito de maneira mais coloquial, é a superposição ilimitada de véus – possibilidades de escolha e sentidos pré-prontos – aos desenvolvimentos da vida concreta, como forma de curto-circuito da própria imaginação. É nossa premissa que o que a tecnologia como sofisticação tem como objeto não é a potência do trabalhador enquanto produtor de mercadorias (produtos do trabalho material), mas já enquanto produtor quase que exclusivo de subjetividade (produtor de um si-mesmo, substantivo) e por isso incide precipuamente sobre as formas minoritárias – particularmente a da infância e a da adolescência – carregadas que são dessa potência de subjetividade. É importante para nossos fins, aqui, tomarmos como premissa que a sofisticação tecnológica é um elemento crucial, seja como causa, seja como consequência, da postergação da entrada dos jovens (particularmente no que entendemos como “modo ocidental de civilização”) no que seria uma vida adulta. É, em outras palavras, de um *consumo por sofisticação*, um consumo

³ Mais precisamente, que trata “[...] as variáveis [linguísticas] de maneira a extrair delas constantes e relações constantes” ao invés de “colocá-las em variação contínua” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 49).

sem destruição (ou então uma “destruição de potência”, talvez), que se trata. A ação da sofisticação tecnológica é muito profunda, mais do que a da indústria cultural. Ela se aproximaria, se eficaz, da hipérbole totalitária, quando tenta condicionar o consumo e a produção *no mesmo lugar*.

A sofisticação tenta bloquear a tolerância ao inquietante, ao inusitado, assim como o tempo da apropriação dos materiais disponíveis, e o tempo das conexões possíveis. A estagnação resultante é percebida como uma “nova ordem” (uma ordem improdutiva, necessariamente recessiva, ou mesmo depressiva) que, por desenhar-se como absoluta, presta-se a demandas de “defesa a qualquer custo”, enquanto as suas condições de reprodução são, paradoxalmente, sabotadas. Propõe-se aqui a investigação das forças que estariam em ação, precipitando a dissolução desse impasse, e de que maneira a produção do conhecimento tem podido continuar funcionando, a despeito disso tudo.

Do ponto de vista de uma inércia argumentativa, é fácil atribuir o impasse a uma desarticulação da função paterna, e daí passar a propor uma restauração de mecanismos disciplinares anacrônicos, compostos com os novos dispositivos de controle⁴. Sem querer entrar em uma elaboração extensa dessa questão, que tem a sua pertinência, é possível indicar brevemente, para os fins do presente trabalho, que não partimos do pressuposto de que a função paterna tenha tido uma

⁴ Deleuze (1992) entende que há descontinuidade entre sociedade disciplinar e sociedade de controle. Acompanha o procedimento de Foucault, num texto breve, belo e cativante. Quase testamentário, na sua precariedade, nos dá a terminologia, mas, é claro, não ainda o pensamento para uma época cujas determinações já sabe que não sabe.

capacidade organizadora tão grande assim como às vezes se supõe, capaz de dar conta da constituição e reprodução do universo simbólico da humanidade planetária cujas instituições estamos, espera-se, em vias de criar. O que Freud denomina complexos de Édipo e de castração tenham sido formas axiomáticas para um tipo bem determinado de agenciamento maquínico. Esse agenciamento, entretanto, já esgotou sua capacidade produtiva; já não serve como mapa das formas de subjetividade contemporâneas (FORBES, 2012).

Se é sem modelos prontos-para-usar que encaramos os jovens e as crianças com os quais convivemos, e dos quais nos tornamos docentes (em sentido amplo), é não obstante deles que se espera que componham a força de trabalho da produção de subjetividade. O processo da sofisticação tecnológica é a forma legível da estagnação da capacidade produtiva de uma sociedade que não acolhe outras formas de agenciamento. É a mesmidade possível, a mesmidade depressiva. É por aí que se encaminha o entendimento de que há uma crise da autoridade nas relações, e de que seria urgente uma “restauração” de algo que valesse como um princípio abstrato capaz de reconstruir as hierarquias tradicionais, ou substituí-las por outras, capazes de sustentar o mesmo modo de produção industrial (de produção de mesmidade), imaginando apenas que as matérias-primas são diferentes, e em diferenciação. Seria a mesmidade paranóica.

Válvulas de escape possíveis para o acolhimento das diferenças têm sido os novos vínculos identitários (étnico-raciais, de gênero, etários, etc.). São, em geral, paliativos, porque, não sendo tomados como devires, ainda presumem a existência da constante neutra,

dominante (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 52). Pode haver, e até mesmo vai haver uma cultura afim a cada vínculo de pertencimento possível na vida de uma humanidade planetária e cosmopolita, mas isso não precisa – nem consegue – forçosamente totalizar-se.

Bloqueando a produção

O substrato da sofisticação discursiva é a inflação nominalista, que é como que uma reação do “sistema imunológico” que faz parte das instituições capazes de nomear, de “batizar”. O discurso é produção de interioridade. À insistência do exterior em se precipitar, como “[...] lugar de onde desaparece o sujeito do qual se fala” (FOUCAULT, 1990, p. 15), ou como o *Unheimlich* [inquietante, estranho] de Freud (2010), a sofisticação tecnológica responde com a padronização das formas de expressão, cujo sucesso é medida da sua eficácia. Por isso a sofisticação tecnológica se orgulha de ser “pragmática”, e “realista”. É importante, por exemplo, que o encanto da arte não seja a sua capacidade de surpreender, de deslocar, mas a sua capacidade de confirmar, de ressegurar. É mais importante que a obra seja associada a um estilo bem catalogado, do que capaz de engendrar momentos de entusiasmo coletivo ou singular. Dizendo de outra forma: o momento cognitivo do reconhecimento da experiência estética (e não apenas da obra) como reprodutível, idêntica ao esperado, substitui o entusiasmo. É evidente que um sistema de nomeação que serve apenas a si mesmo vai deixar de ser eficaz do ponto de vista das finalidades originais do ordenamento institucional que o criou.

Qual é a natureza dessa crise da capacidade de nomear ligada às instituições? É a crise do papel do

sacerdote, e dos seus representantes contemporâneos: o médico, o psicanalista, o professor. Tomemos o exemplo do médico. Supunha-se antigamente que o diploma outorgasse a um estudante de medicina as prerrogativas do exercício da profissão – aliás, o ritual da formatura ainda faz uso das palavras, assim dispostas. Já há algum tempo se estabeleceu, entretanto, o consenso de que um médico recém-formado ainda está longe de merecer as tais prerrogativas. Num terceiro momento, passou-se a duvidar até mesmo de quem já tenha concluído a etapa da residência hospitalar, e essa escalada da dúvida em relação aos títulos tem levado os profissionais a erigirem um verdadeiro portfólio de feitos e realizações (inclusive o mestrado e o doutorado acadêmicos, que tem feito de alguns médicos doutores duplicados, para derrisão da honraria tradicional), em busca de suprir o que a nomeação original já não tem mais condições de garantir.

Três tipos de saberes estão em jogo aqui, faremos deles um esquema, que será um esquema não muito pretensioso. O primeiro é o que se propõe na saída do pensamento da tradição – que é o do “assim seja” – é o do Saber científico, que denotaremos assim, com a inicial maiúscula. Esse é o real da ciência, que diz “não importa quem”. Ele se dirige ao real como realidade, ou seja, como objeto indiferente ao sujeito. A produção subjetiva fica deslocada para uma posição de contra-perseguição, que se desenha à imagem da posição paranóica. O segundo saber é uma resposta ao primeiro: é o saber matemático, que diz “não importa o quê”. Não importa para ele do que se fala, não importa mais o objeto. O terceiro saber é o da computação, e ele diz “não importa como”. Este último estabelece o privilégio último do real

sobre a realidade, mas é, por isso mesmo, um real disperso, rizomático.

Voltando à cena anterior: o médico é introduzido no tecido social como alternativa ao saber tradicional, mas ainda obedecendo aos seus códigos. Nas farmácias antigas conviviam os remédios tradicionais com os remédios testados já de acordo com o método científico, submetidos todos agora a um novo ambiente: a sala é higiênica, o “jaleco do boticário” é branco, ele fala com o cliente do alto de um estrado de madeira, e tem atrás de si os armários de vidro⁵. A ruptura com as formas de codificação se dá aos poucos, e o seu agente não é o médico, mas a massificação, que se expressa na constituição de sistemas integrados (estatais e/ou privados) de produção e consumo de saúde, indo desde a pesquisa e produção de medicamentos, equipamentos e estratégias terapêuticas até o projeto dos consultórios e centros de saúde, passando pela formação dos novos profissionais da saúde, e pela

⁵ Mesmo com a forte regulamentação que hoje os diferencia em tipos, ordena a forma da entrega (com ou sem prescrição, com ou sem a retenção da receita, etc.) e até mesmo com a nova disposição no espaço da farmácia, há ainda assim o convívio entre os princípios ativos “científicos” e “não-científicos” no espaço da farmácia. Há, por assim dizer, uma espécie de contágio mútuo: uns emprestam aos outros a sua parcela de eficácia, o que permite a suposição de que entre a eficácia “real” e a “imaginária” há inevitavelmente uma importante zona cinzenta (PRICE, 1984). Por exemplo, a premissa de que os medicamentos cientificamente testados “realmente funcionam” é narrada de uma forma que remete sutilmente à “mística” dos remédios tradicionais, e pode, paradoxalmente, ser um componente da sua eficácia também como placebo. Ao mesmo tempo, sobre os medicamentos não científicos – até por terem sido autorizados a entrar na farmácia moderna, mas não só por isso – paira sempre a expectativa, nem sempre fácil de desmentir, de que possuam algum tipo de eficácia real.

pedagogia da vida saudável, que se converteu num dos temas prediletos dos meios de comunicação de massa. Esse é o momento da primeira forma de saber, a do Saber científico.

O tratamento psicanalítico corresponderia à segunda forma do saber, à segunda possibilidade de reinstauração da posição sacerdotal. Ele é matemático, no sentido de que não busca a cura, pois parte de um “não importa o quê”, que implica, não apenas o distanciamento da *doxa*, da doutrina, mas também o distanciamento até mesmo daquilo que chamaremos aqui de *dogma da realidade*. A resposta sensata ao processo do sintoma estará no real da clínica, para os que estiverem dispostos a enfrentá-lo. A pregnância dessa proposta é tão grande que, mesmo que a psicanálise não se converta numa nova ortodoxia, vai estar presente em diversas realidades que supostamente a repelem. O exemplo mais claro é o da própria clínica médica. Em tempos pós-psicanalíticos, é somente pela escuta que o médico pode efetivamente se propor como tal, legitimando o sintoma do paciente, e agenciando os recursos em rede e a sofisticada tecnologia hoje disponível, na direção da cura, do controle, ou mesmo do acompanhamento do processo singular de cada paciente. De um modo geral, o protagonista do saber da ciência que não se deixa afetar pelo saber matemático puro – o que não significa esposá-lo explicitamente, isso não tem a menor importância – acaba sendo assombrado pelo espectro do charlatanismo.

A relação pedagógica, como ela pode ser proposta a partir dessa segunda forma do saber, permite supor então a terceira forma, que é a do “não importa como”. Nela esta eclipsada até mesmo a prescrição metodológica que se materializa na “arquitetura” da clínica

psicanalítica. A relação pedagógica tem como objeto o processo da escrita coletiva. Esse objeto é a matéria-prima que faz da sociedade, dobrada sobre a gema que é o conhecimento da computação, uma sociedade aprendente – portanto essencialmente pedagógica – com todos os mal-entendidos que isso necessariamente vai acarretar, já que o pensamento da educação vem de longe⁶, e vai interpelar continuamente essa outra forma do saber, assim como continua a interpelar ciência e psicanálise. De imediato, a questão que será preciso enfrentar – e que é o núcleo da exigência nominalista – é a suposição de que a ação pedagógica deva ter garantia de êxito. Essa é a exigência que a sociedade disciplinar ainda pode fazer, diante do espectro recessivo dos mecanismos de controle da sofisticação tecnológica, com os quais, de outro modo, ela busca constantemente um pacto de convivência.

Essa busca da garantia de êxitos é expressa – como de hábito, de forma velada –, por exemplo, na insistência com que se defendem as métricas abstratas na avaliação das instituições de ensino; de como elas seriam “internacionais” e modernizantes, portanto “totais” e “irresistíveis”. Em outras palavras: sendo “inevitáveis” só podem ser uma manifestação da democracia, e exigem que a iniciativa do Estado as formate em políticas públicas, com urgência, ainda que para pensar assim se deva supor que servem a uma vontade popular que é tácita, misteriosa (por suposto bruta, inculta, despreparada para avaliar aquilo que a avalia...). Assim se revisita a antiga confluência de sentidos pela qual se

⁶ Tendo sido confundido com a função sacerdotal, e o sendo até hoje, é mais difícil entendê-lo nesse novo lugar.



costuma dar interpretação totalitária ao contrato social, justamente no momento em que ele parece escapar por entre os dedos. Dessa vez, entretanto, com sucesso duvidoso. No Brasil, os novos sistemas de planejamento e avaliação, implantados em etapas em todos os níveis, e tomados como um grande avanço na direção do desenvolvimento da educação, tardam a mostrar resultados. O projeto é ambicioso, e até agora amplamente vitorioso no âmbito da *doxa*⁷: foi capaz de entre, outras coisas, dar início ao fim do tradicional vestibular como forma de ingresso no ensino superior. Suas dificuldades evidentes – até o presente momento – se explicam, talvez, justamente pelo seu paracronismo: servem ao consenso de um futuro do presente, temporalidade que não é habitada, nem pelos educandos a que se destinam, nem pelos seus professores, quando no exercício possível da sua profissão, hoje.

Outro exemplo é o elogio da educação à distância e das tecnologias educacionais vistas exclusivamente como tecnologias da informação, que até para o regime presencial pretende-se que reforcem o aspecto da reprodutibilidade e da massificação; em tempos de renovação dos princípios orientadores da escrita dos projetos pedagógicos, cuja urgência parece ser a do recondicionamento dos instrumentos de controle (das horas cronometradas, agora com o requinte instantâneo da automação; do registro individual e homogêneo das atividades avaliativas, agora com novos

instrumentos de auditoria e estatísticas em tempo real...) em novas apresentações que sejam ainda eficientes, e não a de um novo pacto comunicativo; em tempos de *educação distante* (ZUIN, 2006), perguntamos: o que é a presença do professor?

Indo mais longe, o que é a presença das figuras de autoridade? Se os seus antepassados romperam com as palavras de ordem, o jovem contemporâneo não estaria em condições de segui-las, mesmo que quisesse. Nesse momento, sua nova posição é tipificada e “naturalizada” no discurso acadêmico – e, também, no das mídias de massa: são os “nativos digitais”, a “geração Y”, os “*millenials*”: as denominações se sucedem. Em outras palavras, é justamente no momento em que as relações parecem precipitar-se na direção de um artificialismo radical e da sofisticação discursiva – da qual, como referimos, a sofisticação tecnológica é uma variedade – que novos recursos de naturalização (pela remissão ao biológico ou a uma antropologia de algibeira) procuram trazê-los a um ponto de correlação com uma suposta referência normativa – de um mundo estável e “adulto” – que está ausente.

Há um imperativo sobre o qual todos parecem concordar: não se pode colocar o jovem na voz passiva – ele já está lá, por vontade própria, escandalosamente. É preciso então congelá-lo como se fosse uma pupa, numa espera sem prazo, ou até mesmo sem demarcação de tempo, até que, magicamente, de dentro para fora, tome a palavra. O problema está deslocado para um momento de transição para a maturidade que se mantém desmuniado no plano simbólico, e então deverá ser postergado até um ponto de ruptura no real, para o qual serão preparadas “equipes de resgate”: o

⁷ Enquanto padece a ordem do discurso, aquilo mediante o que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

exército de novos recursos e serviços hoje à disposição do pai/consumidor aflito.

De volta à produção

A escuta docente, e a responsabilização discente, são para nós “impedidores de pensar em círculos”, são agenciamento de *dividualidades*, e não reterritorializações de identidades fabricadas pela naturalização das minorias. Não são arranjos concebidos a partir de uma democracia das tribos, coortes ou etnias; elas se constroem a despeito das relações de dominação tradicionais, na direção de uma sociedade de controle plena, da qual a sofisticação tecnológica é apenas um sintoma incipiente, paradoxal; como dissemos, uma tentativa de pactuação com os mecanismos disciplinares individualizantes, icônicos, que serviram tão bem ao modo de produção das mercadorias, ao modo “tradicional” de reprodução do capital.

O tempo da sofisticação é, por isso, ainda revolucionário. O tempo da escrita coletiva é pós-revolucionário, ou talvez meta-revolucionário. A imagem do anti-personagem desse tempo é a do mutante. Congelado na passiva, o aprendiz não é mais estudante, ou seja, a sociedade não mais lhe propõe um itinerário de criação de si, mas o remete continuamente à posição do usuário, produtor/consumidor de si. O que a sofisticação tecnológica lhe propõe como meta é a fantasia depressiva do líder.

O que se anuncia, a partir do momento em que as estratégias da sofisticação tecnológica perderem eficiência, é um retorno à capacidade produtiva. Desaparecerá para o docente, feito rizoma, a figura da tecnologia educacional, e retornará a de um saber possível, o saber da escrita coletiva, que

é também o saber da computação, como ciência do que pode funcionar. Teremos deixado para trás a herança moderna da Natureza como *arché* do conhecimento, e da própria ciência. Para a computação, a *arché* do conhecimento é o símbolo. O símbolo é letra, sim, mas só se for também ação, acontecimento. Chegados a uma sociedade de controle plena, a pergunta voltará a ser: o que fazer?

Referências

- CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In: _____. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 3-13.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 2, 1995.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.
- FOUCAULT, Michel. **O pensamento do exterior**. São Paulo: Princípio, 1990.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FORBES, Jorge. **Inconsciente e responsabilidade. Psicanálise do século XXI**. Barueri: Manole, 2012.
- FREUD, Sigmund. O inquietante. In: _____. **Obras completas**. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 328-376.
- LÉVY, Pierre. **La grammairied IEML**. 2012. Disponível em: <<http://www.ieml.org/IMG/pdf/00-0-Grammaire-IEML.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2012.
- PRICE, Linnie. Art, science, faith and medicine: the implications of the placebo effect. **Sociology of Health & Illness**, v. 6, p. 61-73, 1984.
- SMITH, Brian Cantwell. **On the origin of objects**. Massachusetts: MIT Press, 1996.
- ZUIN, Antonio A. S. Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 935-954, 2006.

